





50% da participação na Companhia Brasileira de Diques. b) Refere-se, principalmente, ao valor do investimento nas Centrais Elétricas Matogrossense S.A.-CEMAT alienado pela controladora Penta a favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, pelo valor de R\$155.492, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037. Este valor foi utilizado para amortização de parte da dívida da Inepar junto ao BNDES. A Companhia e suas Controladas mantêm relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Conseqüentemente os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que tem obtidos de transações efetuadas apenas com partes relacionadas. **NOTA 22 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS.** A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos. A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Saldo Inicial</b>	<b>242.510</b>	<b>225.033</b>	<b>517.411</b>	<b>384.510</b>
Adições/Baixas	393.588	17.477	348.310	132.901
<b>Saldo Final</b>	<b>636.098</b>	<b>242.510</b>	<b>865.721</b>	<b>517.411</b>

	31/12/2020		31/12/2019	
	Possível	Provável	Possível	Provável
<b>Trabalhistas</b>	4.494	12.658	992	27.406
<b>Tributárias</b>	291.156	613.649	840.973	206.819
<b>Cíveis</b>	75.365	9.662	55.414	8.156
<b>Outras</b>	-	129	-	129
	<b>371.015</b>	<b>636.098</b>	<b>897.379</b>	<b>242.510</b>

**Trabalhistas:** Reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingentes no consolidado montam em R\$ 71.789 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico-jurídico desenvolvido nas ações. **Tributárias:** Representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento, que de acordo com nossos Consultores Fiscais, apresenta possibilidade de reduções de valores com prescrição de acordo com a Súmula Vinculante nº 08 e aplicação várias legislações vigentes, neste exercício também provisionamos os valores que estão em fase de parcelamentos junto à Receita/PGFN. Os parcelamentos efetuados com base na Lei nº 13.988, foram rompidos por solicitação do Grupo Inepar/lesa e serão efetuados novos parcelamentos em condições muito mais vantajosas para as empresas em recuperação judicial. Estas negociações junto a Receita/PGFN estão em fase final de efetivação. Tendo em vista o rompimento dos parcelamentos efetuados em dezembro de 2020, os descontos obtidos foram estomados e constituída uma provisão até que os novos parcelamentos sejam homologados. **Cíveis:** Na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização. **Contrato com a Tupi BV/PNBV:** O contrato assinado entre a lesa Óleo & Gas S.A. e a Tupi B.V. ("TUPI") em 26/07/2012, com aditivos posteriores, para realizar a construção de unidades de FPSOs (Floating Production Storage and Offloading), que são grandes equipamentos flutuantes utilizados na produção, estocagem e transferência de petróleo, foi rescindido unilateralmente pela Tupi B.V., conforme previsto em cláusula contratual, foi instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos decorrentes dessa rescisão unilateral, abrangendo, principalmente, registros de contas a receber, adiantamentos a fornecedores, estoques, provisão para custos a incorrer. Conforme Fato Relevante publicado pela Companhia em 31 de dezembro de 2020, a o tribunal arbitral concluiu que a PNBV e Tupi violaram os contratos e concederam a nossa subsidiária lesa Óleo&Gás o ressarcimento/indenização por danos mais juros de pre-adjudicação, que totalizam em aproximadamente US\$ 107 milhões. Posteriormente em 2021 as empresas em novo acordo celebrado finalizaram a pendência em US\$ 96 milhões. **NOTA 23 - PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO.** Refere-se à provisão do passivo a descoberto no montante de R\$ 1.153.544 (R\$1.327.252 em 31/12/2019) para as controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A e Inepar Inovida Participações S.A.

**NOTA 24 - OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Delf Administração e Participação	-	-	3.378	3.448
Obrigações imóvel de Macaé	3.000	3.000	3.000	3.000
Provisão de diversas obrigações a pagar (a)	22.412	36.574	108.658	94.156
Comissões sobre venda de imóveis	1.665	-	1.665	-
Acordos a Pagar(b)	22.905	17.240	24.531	17.240
Andriz Hydro (c)	80.143	75.564	80.143	75.564
	<b>130.125</b>	<b>132.378</b>	<b>221.375</b>	<b>193.408</b>
Circulante	128.842	132.378	223.649	192.443
Não circulante	1.283	-	(2.274)	965

a) Refere-se, principalmente, ao registro das obrigações constituídas para atender aos acordos efetuados através do Plano de Recuperação Judicial. b) Refere-se ao acordo assinado com a Liguira Energética S.A, através da empresa Swiss Re Corporate Brasil Seguros, para o encerramento do litígio entre Liguira e Inepar, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em trâmite na 34ª vara cível do fórum central da capital. c) Refere-se ao saldo a pagar para Andriz Hydro S.A. por conta da transferência de créditos tributários que foram utilizados pela Inepar para liquidação da parcela inicial de até 20% do Programa REFIS da Lei nº 12.996/14. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do Processo Digital nº 1010111-27.2014.8.26.0037 reconheceu a concursabilidade do crédito a favor da Andriz Hydro. **NOTA 25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO. a) Capital Social:** O Capital Social integralizado é de R\$429.211, formado por 5.047.172 ações ordinárias e 3.156.808 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito ao voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/01. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art.202 da Lei nº 6.404/76. **b) Reserva de Capital:** As Reservas de Capital apresentam o saldo de R\$180.292 e

está assim composta: - Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$83.978, mediante a emissão particular de 23.732.367 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$4.271 e R\$79.707 para a formação de reserva de capital. - Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$79.614, mediante a emissão particular de 22.499.035 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$4.049 e R\$75.565 para a formação de reserva de capital. - Conforme a 88ª AGE, de 12/08/2019 foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$28.185, mediante a emissão particular de 398.266 ações ordinárias sendo destinado a conta de capital. **c) Reserva de Reavaliação-** (i) De Ativos Próprios- E constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. (ii) Nas Sociedades Controladas e Coligadas – os saldos são compostos pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A e IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S.A, com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes. A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados. A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização. **d) Debêntures Perpétuas:** As debêntures perpétuas apresentam o saldo de R\$ 319.014 e estão assim compostas: - Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foram autorizadas a 6ª e 7ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$167.234 para a 6ª emissão e de R\$66.433 para a 7ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existentes para cada credor. - Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$10.268 para a 8ª emissão e de R\$3.926 para a 9ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existentes para cada credor. - No exercício foram convertidas em ações ordinárias 8.072, em substituição às debêntures perpétuas. - Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019, foi autorizado a emissão 10ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada e quantidade de debêntures 121.550 e valor unitário de R\$100, perfazendo o montante de R\$121.550. - Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019 foi autorizado a emissão 11ª emissão de debêntures perpétuas. As debêntures serão convertíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia a qualquer tempo. Quantidade de debêntures: 6.507 mil, com valor unitário de R\$100, perfazendo o montante de R\$650.700. - Para as debêntures perpétuas da 10ª e 11ª emissão, temos um saldo a converter de R\$ 38.165, que serão utilizadas para as próximas conversões. **e) Créditos quirográficos a converter:** Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$31.837. Estes créditos ainda não foram convertidos em função de divergências de valores que estão sendo discutidos com os credores. Os valores nesta rubrica foram registrados com base na melhor estimativa da Companhia. **f) Ajustes de avaliação patrimonial:** Apresenta o saldo de R\$ 834.007, sendo que neste valor está incluído o montante de R\$ 780.125, referente aos ganhos nas conversões dos passivos quirográficos em debêntures perpétuas da 7ª, 9ª e 11ª emissão, cujas conversões foram efetuadas de acordo com as escrituras dessas emissões. Estes ganhos foram classificados no patrimônio líquido com base em parecer contábil do Professor Eliseu Martins, onde está entendido que as debêntures devem ser consideradas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que elas não geram a obrigação da companhia de entregar caixa ou outro instrumento financeiro. **g) Destinação do Lucro:** Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia. **NOTA 26 - RESULTADO POR AÇÃO.** O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Numerador</b>		
<b>Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia</b>		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(221.232)	(189.072)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(321.554)	(262.027)
	<b>(542.786)</b>	<b>(451.099)</b>

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	3.156.808	3.157
Quantidade de ações ordinárias emitidas	5.047.172	4.812
<b>Total</b>	<b>8.203.980</b>	<b>7.969</b>

**Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações**

Ação preferencial	(70.081)	(59.893)
Ação ordinária	(63.710)	(54.448)

**NOTA 27- RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.**

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Consolidado</b>		
Vendas mercado interno/Prestação de serv.	7.681	13.143
(-) Impostos sobre as Vendas	(5.287)	(11.143)
<b>Receita de Vendas</b>	<b>2.394</b>	<b>2.000</b>

**NOTA 28 - DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros sobre impostos e contribuições	(12.400)	(25.029)	(23.331)	(47.941)
Juros / despesas bancárias	(157.920)	(49.107)	(204.824)	(73.910)
Outras despesas financeiras	1.017	(2.613)	697	(2.632)
Variações cambiais	-	-	(10.200)	(6.724)
	<b>(169.303)</b>	<b>(76.749)</b>	<b>(237.658)</b>	<b>(139.071)</b>

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

de opinião com ressalvas e ênfases apontadas no parecer pelos auditores independentes acima mencionados, a saber: **Base para opinião com ressalvas:** 1. Limitações do escopo da auditoria. 1.1 Limitação de confirmações externas de endividamento bancário. 1.2 Não auditoria nos consórcios e dos custos dos serviços prestados e despesas incorridos e reconhecidos na controladora IESA Oleo e Gás – em Recuperação Judicial; Incerteza relevante referente a continuidade operacional; Ênfase: Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas; Principais assuntos de auditoria: Impairment dos Ativos Imobilizado e Intangível. Contingências. Débitos tributário.; Outros

	1	2	14
<b>Receitas Financeiras</b>			
Receitas de aplicações financeiras	5.727	989	6.150
Receitas atualizações debêntures	234	638	332
Juros auferidos	-	1.600	108
Variações monetárias ativas	212	-	570
Outras receitas financeiras	-	-	108
Variações cambiais	6.174	3.228	7.270
			<b>7.793</b>

**NOTA 29- COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA).** As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado pela Companhia IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

**NOTA 30 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Salários	3.311	1.710	27.596	34.363
Gastos Previdenciários	645	1.407	5.526	6.611
	<b>5.681</b>	<b>3.117</b>	<b>33.122</b>	<b>40.973</b>

**NOTA 31 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO.** Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração de Conselheiros	241	441	119	480
Remuneração de Diretores	65	807	1.533	3.438
	<b>666</b>	<b>1.248</b>	<b>1.652</b>	<b>3.918</b>

**NOTA 32 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO.** As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

	Consolidado		Geração / Equipamentos		Gás/Módulos/Outros		Total
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Receita bruta total	7.922	1.636					9.558
Impostos/Deduções	(1.572)	-					(1.572)
Custos dos Produtos e Serviços	(3.936)	(1.656)					(5.592)
<b>Total</b>	<b>2.414</b>	<b>(20)</b>					<b>2.394</b>

**NOTA 33 - TRATATIVAS QUE IRÃO GERAR EVENTOS SUBSEQUENTES.** A Administração da Companhia está em fase busca de parceiros e negociações com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações correntes. As operações dos itens a/b/c/d serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dois bens: a) Alienação das ações da UPI IOG; b) Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel localizado no município de Charqueadas; c) Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel situado no município de Macaé; d) Já constituído o FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. O FIDC foi constituído com créditos superiores a R\$ 900 milhões, sendo considerado para fins de conversão em cotas o valor de R\$ 619 milhões. e) A Companhia está implantando um programa para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura. f) Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes. g) Busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos. h) Finalização do trabalho de redução e parcelamento dos passivos fiscais com a análise detalhada de todos os valores que estão em cobrança na atualidade. **NOTA 34 - EVENTOS SUBSEQUENTES.** a) Conforme Fato Relevante de 24 de março de 2021, a empresa informou sobre a conclusão da revisinal fiscal das empresas, tendo sido deferida a Transação Excepcional das Empresas. b) Em 30 de março de 2021, através da Ata da 353ª Reunião do Conselho de Administração, foi homologado o aumento de capital integralizado na companhia em decorrência da conversão de 472.580 debêntures perpétuas. c) Em 19 de abril de 2021, a Companhia emitiu Fato Relevante informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que após intensas negociações um acordo foi firmado com os debenturistas da 5ª emissão de debêntures. d) Em 04 de maio de 2021, a Companhia emitiu Fato Relevante informando a conclusão de acordo com a TUPI BV e PNBV, referente ao processo de arbitragem instaurado em Nova York. e) Em 07 de maio de 2021, através da Ata da 354ª Reunião do Conselho de Administração, foi homologado o aumento de capital integralizado na Companhia em decorrência da conversão de 472.580 debêntures perpétuas. f) Em 11 de maio de 2021, através de comunicado ao mercado, foi informado que a Companhia está estudando e analisando a viabilidade de realização do desdobramento (split) das ações de emissão da empresa. g) Em 19 de maio de 2021, através da Ata da 355ª Reunião do Conselho de Administração colocou à apreciação para aprovação dos presentes a proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia dos Acionistas para desdobramentos das ações emitidas pela Empresa, obtendo a aprovação unânime de todos os presentes. h) Em 28 de junho de 2021, através da Ata da 356ª Reunião do Conselho de Administração aprou e acatou pedido de renúncia pelo membro e Presidente do Conselho de Administração e elegeu novos membros para compor o Conselho de Administração e Diretoria Executiva. i) Foi eleito nesta mesma Reunião do Conselho de Administração o Sr.Mounir Chaowiche, como Diretor Presidente da Inepar, para completar o mandato em curso.

**DIRETORIA EXECUTIVA:**

Mounir Chaowiche – Diretor Presidente  
 Irajá Galliano Andrade – Diretor Administrativo Financeiro  
 Manacсар Lopes dos Santos – Diretor de Relações com Investidores  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:**  
 Irajá Galliano Andrade | André de OMS | Carlos Alberto Del Claro Gloger  
 Rodolfo Andriani | Ricardo de Aquino Filho  
**CONTADOR:** Jair Moliterno – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

O Conselho Fiscal da INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES- EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, no uso de suas atribuições legais, examinou o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020. Nos termos do inciso II do artigo 63, da lei nº 6.404/76 e com base nos exames efetuados e considerando, ainda, a opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras dos auditores externos BLB Auditores Independentes, datado de 08 de julho de 2021, bem como as informações e esclarecimentos que os mesmos prestaram, devem ser consideradas as informações complementares constantes da ata, deste Conselho Fiscal, desta data e os parágrafos

**Assuntos: Demonstrações do valor adicionado. Demonstrações financeiras comparativas do exercício examinadas por outro auditor independente; Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor.** Os conselheiros opinam que o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras encontram-se em condições de serem apreciadas e votadas pela assembleia geral ordinária de acionistas.

Curitiba, 15 de julho de 2021  
 Adrian Monge Jara | Rubens Genjig | Sergio Tomaz Crestani

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos: Acionistas, Conselheiros e Administradores da Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial. Curitiba - PR. **Opinião com ressalva.** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião com ressalva. 1. Limitações de escopo de auditoria - 1.1** Limitação de confirmações externas de endividamento bancário. Conforme descrito em nota explicativa nº 15, os empréstimos e financiamentos bancários estão provisionados e sujeitos a negociações e atualizações, sendo as confirmações externas não conciliadas com a contabilidade, estes efeitos serão conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações, alinhadas com o andamento da recuperação judicial. As Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020 não contemplam quaisquer ajustes decorrentes dessas negociações com as instituições financeiras. 1.2 Não auditoria nos consórcios e dos custos de serviços prestados e despesas incorridos e reconhecidos na controlada IESA Oleo e Gás – Em Recuperação Judicial. Não foram auditados os custos e despesas dos recursos reconhecidos por reflexos de participação, UPGN Comperj, Consórcio OGGI-HDT Comperj, Consórcio QI-Reduc Plangás, Consórcio Caraguatuba-UTGCA, cujo montante reconhecido foi de R\$ 1.656 mil, dos quais nos impediem de opinar sua adequação e possíveis reflexos em 31 de dezembro de 2020. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional.** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, às demonstrações financeiras individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2020, da controladora e algumas de suas controladas, estão em recuperação judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado pelo grupo de empresas foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Conforme as demonstrações financeiras apresentadas, há prejuízos acumulados de R\$ 4.391.847 mil em suas operações, tendo apurado prejuízo recorrente de R\$ 542.786 mil em 2020 (R\$ 451.099 mil em 2019) na controladora. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia esteja em andamento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas demonstrações financeiras, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia está conseguindo realizar parte de seus ativos e com esses recursos estão liquidando as obrigações do plano de recuperação judicial, há também uma previsão de parcelamento, e por conseqüência, a redução significativa dos débitos tributários, no que tange a multas e juros incorridos, e esses fatores somados, à medida que forem efetivados, contribuirão para o retorno da operação do seu parque fabril. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. **Ênfase. Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas.** Conforme mencionado na nota explicativa 21, a Companhia e suas Controladas mantêm relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Conseqüentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**  
 Analisamos os laudos de avaliação contratados pela administração e questionamos os registros contábeis por comparação do valor dos bens do ativo imobilizado com a recuperabilidade do valor apurado. Nossos trabalhos revelaram que os laudos de avaliação contratados pela Companhia estão razoavelmente consistentes com a prática do mercado.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**  
 Analisamos as respostas obtidas dos assessores jurídicos internos